

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	851.830	883.954
Contas a receber de clientes e outros	6	1.956.899	1.641.966
Títulos e valores mobiliários	7	6.749	7.580
Instrumentos financeiros derivativos	14	270.224	11.129
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.1	105.882	190.558
Outros tributos a recuperar	8.2	888.631	160.174
Serviços em curso		23.393	18.246
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	211.301	268.602
Outros ativos circulantes		191.042	170.565
Total do ativo circulante		4.505.951	3.352.774
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	59.819	63.729
Títulos e valores mobiliários	7	46.386	3.158
Instrumentos financeiros derivativos	14	236.620	396.806
Outros tributos a recuperar	8.2	2.114.250	151.210
Impostos e contribuições diferidos	9	63.771	185.245
Depósitos judiciais	18	506.902	433.601
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	21.600	24.064
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	-	8.599
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11.1	6.086.876	4.757.847
Concessão do serviço público (ativo contratual)	11.2	1.979.798	2.000.895
Outros ativos não circulantes		11.256	14.734
Direito de uso de ativos		16.600	-
Intangível	12	3.295.652	3.137.904
Total do ativo não circulante		14.439.530	11.177.792
Ativo total		18.945.481	14.530.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	1.031.148	880.638
Empréstimos e financiamentos	14	1.647.279	548.775
Debêntures	14	38.942	332.521
Passivo de arrendamento		5.233	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	779	3.102
Salários e encargos a pagar	15	113.456	86.278
Encargos setoriais	16	56.214	101.757
Outros tributos a recolher	17	235.908	201.717
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	117.798	166.111
Provisões	18	68.843	56.837
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	47.491	43.420
Outros passivos circulantes	19	458.811	294.333
Total do passivo circulante		3.821.902	2.715.489
Não circulante			
Fornecedores	13	49.873	47.131
Empréstimos e financiamentos	14	3.190.105	3.298.878
Debêntures	14	2.838.828	2.106.180
Passivo de arrendamento		12.292	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	21
Encargos setoriais	16	79.667	38.221
Outros tributos a recolher	17	7.069	6.354
Provisões	18	275.461	270.355
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	644.365	719.057
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	10	114.364	-
Outros passivos não circulantes	19	2.692.281	123.879
Total do passivo não circulante		9.904.305	6.610.076
Patrimônio líquido	20		
Capital social		2.988.162	2.988.162
Reservas de capital		355.960	355.960
Reservas de lucros		2.048.677	1.836.795
Outros resultados abrangentes		(173.525)	(242.396)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	266.480
Total do patrimônio líquido		5.219.274	5.205.001
Passivo e patrimônio líquido total		18.945.481	14.530.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2019	2018 (Reapresentado)
Receita líquida	21	10.219.292	9.237.364
Custos dos serviços		(7.893.620)	(7.512.417)
Custos com energia elétrica	22	(4.988.938)	(4.693.063)
Custos de operação	23	(1.183.257)	(1.193.778)
Custos de construção		(1.721.425)	(1.625.576)
Lucro bruto		2.325.672	1.724.947
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	6	(124.844)	(86.082)
Despesas com vendas	23	(119.564)	(125.858)
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	23	(436.268)	(365.900)
Lucro operacional		1.644.996	1.147.107
Resultado Financeiro	24	(481.934)	(387.036)
Receitas financeiras		1.577.633	2.447.029
Despesas financeiras		(2.059.567)	(2.834.065)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.163.062	760.071
Imposto de renda e contribuição social	9	(153.564)	(121.514)
Corrente		(67.570)	(13.816)
Diferido		(85.994)	(107.698)
Lucro líquido do exercício		1.009.498	638.557
Lucro básico e diluído por ação do capital em - R\$:			
Ordinária		3,7336	2,6672
Preferencial A		3,7336	2,6672
Preferencial B		4,1069	2,9339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.009.498	638.557
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho (perda) na remensuração dos planos de benefícios pós emprego	90.525	34.682
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	(30.779)	(11.792)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	59.746	22.890
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho (perda) líquido em hedge de fluxo de caixa	13.826	(12.362)
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	(4.701)	4.203
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	9.125	(8.159)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	68.871	14.731
Total de resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	1.078.369	653.288
Atribuível à:		
Acionistas controladores	1.043.336	632.065
Acionistas não controladores	35.033	21.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Reserva de capital				Reserva de lucros						Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Gastos com Emissão de Ações	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outras Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados		
Saldos em 01 de janeiro de 2018	1.299.048	18.569	339.052	-	856.928	108.433	800.785	-	(257.127)	-	-	3.165.688
Aumento de capital	1.689.114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.689.114
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	393	-	-	-	-	-	-	393
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.411	-	4.411
(-) Gastos com Emissão de Ações	-	-	-	(1.661)	-	-	-	-	-	-	-	(1.661)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	638.557	-	638.557
Outros resultados abrangentes												
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	22.890	-	-	22.890
Efeito <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.159)	-	-	(8.159)
Destinações:												
Reserva legal	-	-	-	-	-	31.928	-	-	-	(31.928)	-	-
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	38.328	-	-	-	-	(38.328)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(306.232)	-	(306.232)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(266.480)	266.480	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.988.162	18.569	339.052	(1.661)	895.649	140.361	800.785	-	(242.396)	-	266.480	5.205.001
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.988.162	18.569	339.052	(1.661)	895.649	140.361	800.785	-	(242.396)	-	266.480	5.205.001
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.009.498	-	1.009.498
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(266.480)	(266.480)
Dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	-	330	-	-	-	330
Outros resultados abrangentes												
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	59.746	-	-	59.746
Efeito <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	9.125	-	-	9.125
Destinação:												
Reserva Legal	-	-	-	-	-	50.475	-	-	-	(50.475)	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	519.892	-	-	(519.892)	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	-	141.185	-	-	-	-	(141.185)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(297.946)	-	(297.946)
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	(500.000)	-	-	-	-	(500.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.988.162	18.569	339.052	(1.661)	1.036.834	190.836	820.677	330	(173.525)	-	-	5.219.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa operacional		
Lucro líquido do exercício	1.009.498	638.557
Ajustes para:		
Amortização (*)	504.691	434.898
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(33.277)	(278.671)
Imposto de renda e contribuição social	153.564	107.698
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais	350.034	363.353
Valor de reposição estimado da concessão	(209.586)	(234.632)
Perda na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis, financeiros indenizáveis e contratuais	40.133	35.654
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	70.800	61.474
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa	125.758	86.082
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	67.893	71.358
Atualização das provisões para contingências	54.216	45.110
Atualização de títulos e valores mobiliários	(2.253)	(783)
Outras atualizações de receitas e despesas, líquidas	(4.680)	(7.969)
Juros incorridos passivo de arrendamento	2.042	-
	2.128.833	1.322.129
Variações em:		
Contas a receber de clientes e outros	(436.781)	(166.194)
IR e CSLL a recuperar	204.167	(127.176)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(155.520)	(54.338)
Depósitos judiciais	(63.824)	(10.723)
Despesas pagas antecipadamente	(30.083)	(23.073)
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	213.541	195.386
Benefício pós emprego e outros benefícios	-	22.393
Outros ativos	(40.106)	(88.648)
	(308.606)	(252.373)
Fornecedores	153.252	(166.152)
Salários e encargos a pagar	27.178	(5.751)
Encargos setoriais	(8.894)	(29.827)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(76.285)	9.130
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(45.530)	(66.509)
Indenizações e litígios judiciais e administrativos pagos	(107.904)	(95.999)
Outros passivos	196.907	68.839
	138.724	(286.269)
Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(390.592)	(367.049)
Pagamento de juros - Arrendamentos	(2.042)	-
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(112.045)	(26.986)
	1.454.272	389.452
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Concessão Serviço Público (Ativo Contratual)	(2.140.982)	(1.758.675)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(56.109)	(12.907)
Resgate de títulos e valores mobiliários	15.965	5.915
	(2.181.126)	(1.765.667)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	839.114
Captação de empréstimos e financiamentos	1.737.311	721.663
Captação de debêntures	700.000	2.000.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e swap	(831.231)	(1.496.024)
Amortização do principal de debêntures	(300.000)	(250.000)
Pagamentos de custos de captação	(6.139)	(26.577)
Depósitos em garantia	(3.184)	8.848
Obrigações especiais	473.601	200.480
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.068.787)	(321.128)
Pagamento de principal- Arrendamentos	(6.841)	-
	694.730	1.676.376
Caixa líquido proveniente atividades de financiamento		
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(32.124)	300.161
Caixa e equivalentes no início do exercício	883.954	583.793
Caixa e equivalentes no final do exercício	851.830	883.954
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(32.124)	300.161

* Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	14.576.681	13.262.792
Provisão esperada de créditos de liquidação duvidosa e perdas	(124.844)	(86.082)
	14.451.837	13.176.710
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(4.729.077)	(4.470.186)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(749.956)	(714.524)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(2.449.549)	(2.468.725)
	(7.928.582)	(7.653.435)
Valor adicionado bruto	6.523.255	5.523.275
Depreciação e amortização (*)	(504.691)	(434.898)
Valor adicionado líquido	6.018.564	5.088.377
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	1.587.225	2.459.644
Valor adicionado total a distribuir	7.605.789	7.548.021
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	234.750	192.871
Encargos sociais (exceto INSS)	40.727	34.519
Auxílio alimentação	42.443	29.028
Previdência privada e outros benefícios	24.106	15.763
Despesas com desligamento	13.609	25.340
Férias e 13º salário	58.492	49.255
Plano de saúde	59.559	42.799
Participação nos resultados	53.586	42.695
Administradores	3.594	3.110
(-) Transferência para ordens	(99.392)	(79.141)
Outros	7.317	5.065
Subtotal	438.791	361.304
Impostos, taxas e contribuições		
INSS	64.157	54.927
ICMS	2.554.514	2.245.524
PIS/COFINS	690.067	550.590
Imposto de renda e contribuição social	153.564	121.514
Obrigações intra-setoriais	617.409	718.709
Outros	17.037	15.306
Subtotal	4.096.748	3.706.570
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias e cambiais	2.059.567	2.834.065
Aluguéis (*)	1.185	7.525
Subtotal	2.060.752	2.841.590
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	297.946	306.232
Dividendos propostos	-	266.480
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	141.185	38.328
Reserva Legal	50.475	31.928
Reserva Retenção de Lucros	519.892	-
Adoção Inicial CPC 48	-	(4.411)
Subtotal	1.009.498	638.557
Valor adicionado total distribuído	7.605.789	7.548.021

* Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador – Bahia – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – (“IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas e convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio em vigor na data da transação. Subsequentemente, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras na demonstração do resultado.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 27 de Estimativa de Valor Justo.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas para a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas detalhados na nota explicativa 2.5. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Notas 21a e 21c, respectivamente);
- (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 21b);
- (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (Nota 9);
- (iv) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor (Notas 11 e 12);
- (v) a análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6);
- (vi) a definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos (Nota 27);
- (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (Nota 18);
- (viii) reconhecimento dos valores a compensar/(repassar) da Parcela A e outros itens financeiros (Nota 10);
- (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões (Nota 29).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

(iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

Transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como *hedge accounting*.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa tem seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

b) Contrato de concessão de serviços públicos

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato, que fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica são classificados como ativo de contrato;

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

- (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (iii) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

Dessa forma, a norma requer que todos os bens que integrem a infraestrutura de distribuição de energia elétrica, classificados como ativo de contrato, devam ser bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.

Os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos também integram o custo de construção, em ambas situações.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão (Intangível).
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa (Ativo financeiro).

c) Subvenções governamentais

São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “Receita de fornecimento de energia”, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas.

d) Valores a compensar/(repassar) da parcela A

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

e) Impairment de ativos não financeiros

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos.

f) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“Tributos sobre o lucro”)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – Imposto de renda e 9% – Contribuição social) sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

i) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o último faturamento anterior à data do balanço.

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos de contrato. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma:

- (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (ii) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (iii) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE, a prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pela ONS (Operador Nacional do Sistema).

j) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil passou pela segunda revisão, na qual foram introduzidas as alterações trazidas pela IFRS 16 – *Leases*, que substituiu o IAS 17 – *Leases*.

Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período de tempo.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, no qual o arrendatário deve reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em contrapartida de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos ao arrendador. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e o passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a vencer, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental de empréstimos e financiamentos da Companhia.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes e isenções:

- Taxa incremental de captação de empréstimos e financiamentos
- Não mensuração de arrendamentos de curto prazo
- Não mensuração para itens de baixo custo, cujo o valor justo do ativo identificado é inferior a US\$5 mil.
- Método de abordagem de efeito cumulativo, não rerepresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores.

A adoção da IFRS 16 não gerou impactos relevantes nas operações da Companhia, bem como sua capacidade de cumprir com os indicadores estabelecidos nos acordos contratuais (*covenants*). Em 1º de janeiro de 2019, pela adoção da IFRS 16, a Companhia reconheceu os itens demonstrados a seguir:

	Saldos em 1 de janeiro de 2019	
	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	15.476	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	15.476

(ii) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/IAS12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(E em milhares de reais)

sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação espontânea de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, divulgados em 14 de fevereiro de 2019.

As mudanças efetuadas não impactam o patrimônio líquido, o lucro líquido do exercício, a demonstração de resultados abrangentes, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado.

3.1. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018.

	<u>Ref</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reapresentações</u>	<u>Reapresentado</u>
Ativo circulante				
Demais ativos circulantes não afetados		3.352.774	-	3.352.774
Total do ativo circulante		3.352.774	-	3.352.774
Ativo não circulante				
Concessão do serviço público (ativo contratual)	(a)	-	2.000.895	2.000.895
Intangível	(a)	5.138.799	(2.000.895)	3.137.904
Demais ativos não circulantes não afetados		6.038.993	-	6.038.993
Total do ativo não circulante		11.177.792	-	11.177.792
Total do ativo		14.530.566	-	14.530.566

- a) Os ativos da infraestrutura da concessão durante o período de construção, anteriormente classificados como intangível em curso, passam a ser classificados como ativos de contrato, conforme IFRS 15 / CPC 47. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

3.2. Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018.

	<u>Ref</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reapresentações</u>	<u>Reapresentado</u>
Receita líquida		9.237.364	-	9.237.364
Custos dos serviços		(7.512.417)		(7.512.417)
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	(a)	-	(86.082)	(86.082)
Despesa com vendas	(a)	(211.940)	86.082	(125.858)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas		(365.900)	-	(365.900)
Resultado financeiro		(387.036)	-	(387.036)
Imposto de renda e contribuição social		(121.514)	-	(121.514)
Lucro líquido do exercício		638.557	-	638.557

- (a) Reapresentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, anteriormente classificado na rubrica de despesas com vendas, no montante de R\$ 86.082 para uma nova abertura na demonstração do resultado. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

(i) Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na CCRBT apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

No ano de 2019, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir. Assim temos: (i) de janeiro a maio, valores conforme a REH nº 2.392/2018; (ii) de junho a outubro, adicionais sob a égide da REH nº 2.551/2019; e (iii) a partir de novembro novos valores conforme REH nº 2.628/2019.

	Até maio/2019	A partir de junho/2019	A partir de novembro/2019
	REH nº 2.392/2018	REH nº 2.551/2019	REH nº 2.628/2019
Patamar	R\$/MWh	R\$/MWh	R\$/MWh
Verde	0,00	0,00	0,00
Amarela	10,00	15,00	13,43
Vermelho 1	30,00	40,00	41,69
Vermelho 2	50,00	60,00	62,43

Nos exercícios de 2019 e 2018, vigoraram as bandeiras tarifárias seguintes:

	Cor da Bandeira	
	2019	2018
Jan	Verde	Verde
Fev	Verde	Verde
Mar	Verde	Verde
Abr	Verde	Verde
Mai	Amarela	Amarela
Jun	Verde	Vermelha Patamar 2
Jul	Amarela	Vermelha Patamar 2
Ago	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Set	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Out	Amarela	Vermelha Patamar 2
Nov	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dez	Amarela	Verde

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 224.541 (R\$ 355.434 em 31 de dezembro de 2018) de bandeira tarifária, e recebeu o montante de R\$ 72.166 (R\$ 5.636 recebidos em 31 de dezembro de 2018) através da Conta Centralizadora dos Recursos de

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Bandeiras Tarifárias - CCRBT, decorrente da apuração do superávit da Conta Bandeiras, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme procedimentos definidos pela ANEEL através do PRORET, regulamentada pela REN nº 826/2018.

(ii) Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada).

O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

Em 4 de abril de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.744/2019 que alterou novamente o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, de modo a retornar à situação anterior, assim os consumidores atendidos em baixa tensão, como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada, voltam a ter o desconto sobre a tarifa da classe rural na baixa tensão.

(iii) Nível contratual

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A Companhia utilizou-se dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio para garantir repasse integral dos custos de energia aos consumidores finais para o ano de 2019.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

(iv) Reajuste Tarifário Anual – IRT 2019

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.533 de 16 de abril de 2019, na 12ª reunião pública ordinária de 2019, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Coelba, com vigência a partir de 22 de abril de 2019. O reajuste tarifário traz um efeito médio para os consumidores de 6,22%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em 5,09%, enquanto para os da baixa tensão, ficou 6,67%.

(v) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária do exercício de 2015. Sendo assim, através da Resolução Homologatória nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 32.191 por mês, estabelecendo o repasse à CCEE no período de abril de 2015 até março de 2021. Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que atualiza para a Companhia o valor de incremento na tarifa para R\$ 24.720 por mês, com vigência de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 32.191 com vigência de abril de 2018 a março de 2020. Em 20 de março de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.521, autorizando a antecipação do final do pagamento da CDE – CONTA ACR, tendo em vista que a reserva financeira do fundo foi suficiente para antecipar o pagamento de algumas parcelas. Dessa forma, as distribuidoras somente realizaram o pagamento até agosto de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 259.530 (R\$ 363.883, em 31 de dezembro de 2018).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Ref	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e depósitos bancários à vista		121.902	89.706
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		21.413	251.209
Fundos de investimentos	(a)	708.515	543.039
Total de caixa e equivalentes de caixa		851.830	883.954

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(a) Fundos de investimentos de caixa e equivalentes de caixa:

Carteira	2019	2018
BB TOP Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	-	138.726
Títulos públicos	-	5.802
Compromissadas com lastro de títulos públicos	56.642	135
BB Polo 28 FI Renda Fixa	56.642	144.663
Compromissadas com lastro de títulos públicos	98.529	128.453
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife	98.529	128.453
Itaú Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	117.151	32.334
Compromissadas com lastro de títulos públicos	15.174	78.725
Itaú Salvador Renda Fixa Curto Prazo FI	132.325	111.059
Compromissadas com lastro de títulos públicos	71.300	158.864
Santander Natal Renda Fixa Curto Prazo DE FI	71.300	158.864
Compromissadas com lastro de títulos públicos	349.719	-
BNP Paribas	349.719	-
Total - fundos exclusivos	708.515	543.039

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref	2019	2018
Consumidores	(a)	2.060.425	1.697.761
Terceiros		2.059.959	1.697.653
Partes relacionadas		466	108
Comercialização de energia na CCEE	(b)	17.093	33.863
Disponibilização sistema de distribuição		94.776	71.253
Terceiros		94.238	70.699
Partes relacionadas		538	554
Serviços prestados a terceiros		16.109	14.676
Serviços taxados e administrativos		10.758	9.120
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	143.680	115.117
Outros créditos de terceiros		71.328	88.665
(-)Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(d)	(397.451)	(324.760)
Total		2.016.718	1.705.695
Circulante		1.956.899	1.641.966
Não circulante		59.819	63.729

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PPECLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2019	2018	2019	2018
Setor privado							
Residencial	266.462	294.181	261.396	822.039	687.443	(191.524)	(152.768)
Industrial	75.789	15.170	40.018	130.977	123.412	(29.791)	(23.742)
Comercial	209.696	76.482	103.849	390.027	328.217	(71.182)	(48.917)
Rural	73.470	40.040	71.893	185.403	120.207	(43.694)	(36.614)
	625.417	425.873	477.156	1.528.446	1.259.279	(336.191)	(262.041)
Setor público							
Federal	6.969	5.167	5.625	17.761	14.159	(325)	(378)
Estadual	21.093	5.595	4.415	31.103	27.711	(887)	(581)
Municipal	25.002	11.938	15.103	52.043	43.003	(6.657)	(3.958)
	53.064	22.700	25.143	100.907	84.873	(7.869)	(4.917)
Iluminação pública	36.274	18.394	39.414	94.082	83.292	(13.348)	(9.684)
Serviço público	43.960	5.848	24.785	74.593	49.102	(5.520)	(8.901)
Fornecimento não faturado	262.397	-	-	262.397	221.215	(1.360)	(1.434)
Total	1.021.112	472.815	566.498	2.060.425	1.697.761	(364.288)	(286.977)
Circulante				2.031.099	1.665.700	(364.288)	(286.977)
Não circulante				29.326	32.061	-	-

As contas a receber de consumidores no ativo não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multas calculados *pró-rata temporis*.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Do total a receber junto a CCEE, o montante de R\$ 17.093 (R\$ 17.093 em 2018), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Não existe provisão sobre esse valor por entender que não há risco de não recebimento.

(c) Subvenções/Subsídios governamentais

(i) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 51.124 e refere-se aos meses de novembro e dezembro de 2019 (R\$ 41.710 em 31 de dezembro de 2018).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

(ii) CDE:

Em 16 de abril de 2019, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.533/2019 aprovando o valor mensal de R\$ 47.805 a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante o período de abril de 2019 a março de 2020.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 92.556 (R\$ 73.407 em 31 de dezembro de 2018) e corresponde às quotas dos meses de novembro e dezembro.

(d) PPECLD

	Consumidores	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	(293.841)	(33.322)	(327.163)
Adoção inicial IFRS 09 / CPC 48	8.400	(1.717)	6.683
Adições	(217.899)	(21.149)	(239.048)
Reversões	141.549	18.405	159.954
Baixa para perdas (incobráveis)	74.814	-	74.814
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(286.977)	(37.783)	(324.760)
Adições	(248.281)	(14.173)	(262.454)
Reversões	127.493	9.203	136.696
Baixa para perdas (incobráveis)	43.477	9.590	53.067
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(364.288)	(33.163)	(397.451)

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Ref	Tipo de Aplicação	2019	2018
Aplicações Financeiras Vinculadas	(a)			
CEF		CDB	3.352	3.158
Santander Natal Renda Fixa		Fundo	6.749	7.580
Banco do Nordeste		Fundo	43.034	-
Total			53.135	10.738
Circulante			6.749	7.580
Não circulante			46.386	3.158

(a) Referem-se, basicamente, a contas reservas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2019, as garantias estavam 100% constituídas.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR

8.1. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2019	2018
Imposto de Renda (IR) corrente	73.991	163.796
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente	31.891	26.762
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	105.882	190.558

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

8.2. Outros tributos a recuperar

	Ref.	2019	2018
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		322.337	248.241
Programa de Integração Social - PIS	(a)	476.613	9.707
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(a)	2.198.953	48.611
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		2.565	2.412
Recuperação Fiscal - REFIS		2.413	2.413
Outros tributos a recuperar		3.002.881	311.384
Circulante		888.631	160.174
Não Circulante		2.114.250	151.210

(a) PIS e COFINS a recuperar

A Companhia constituiu no exercício, créditos de PIS e de COFINS a recuperar de, respectivamente, R\$ 467.330 e R\$ 2.152.553, totalizando R\$ 2.619.883 como consequência da exclusão do ICMS da base de cálculo desses impostos, após sua ação judicial acerca do tema haver transitado em julgado. Ver maiores detalhes na nota explicativa nº 19.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social diferido	(a)	(16.320)	91.035
Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	(b)	80.091	94.210
Total Ativo		63.771	185.245

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Prejuízo fiscal	-	-	17.976	17.628
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total do prejuízo fiscal	-	-	4.494	1.587
Ativo				
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	103.914	103.914	95.352	95.352
Provisão para passivo atuarial	691.856	691.856	762.476	762.476
Provisão para contingências	327.649	327.649	309.714	309.714
Provisão PLR	48.762	48.762	35.368	35.368
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	175.323	175.323	182.588	182.588
Perda CCEE/Energia Livre	22.486	22.486	19.744	19.744
Ajuste da quota anual de amortização	95.711	95.711	77.873	77.873
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	17.039	17.039
Outros	1.958	1.958	2.370	2.370
Total Diferenças Temporárias - ATIVO	1.467.659	1.467.659	1.502.524	1.502.524
Passivo (-)				
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(1.216.470)	(1.216.470)	(1.006.887)	(1.006.887)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(255.139)	(255.139)	(194.636)	(194.636)
Déficit plano previdenciário	(17.755)	(17.755)	(22.538)	(22.538)
Custo de captação	(26.294)	(26.294)	(28.599)	(28.599)
Total Diferenças Temporárias - PASSIVO	(1.515.658)	(1.515.658)	(1.252.660)	(1.252.660)
Total Diferenças Temporárias – LÍQUIDO	(47.999)	(47.999)	249.864	249.864
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Diferenças Temporárias	(12.000)	(4.320)	62.466	22.488
Subtotal	(12.000)	(4.320)	66.960	24.075
Total do imposto diferido		(16.320)		91.035

A Companhia anualmente realiza análises técnicas de viabilidade econômica. As análises realizadas indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

Os tributos diferidos ativos tem expectativa de realização no exercício de 2020 no valor de R\$ 16.320.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(E em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.163.062	1.163.062	760.071	760.071
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	290.766	104.676	190.018	68.406
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo:				
Diferenças permanentes	(70.837)	(26.179)	(73.104)	(26.304)
Incentivos fiscais e outros	(128.425)	-	(38.328)	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	91.504	78.497	78.586	42.102
Outros	(16.437)	-	590	236
Imposto de renda e contribuição social no resultado	75.067	78.497	79.176	42.338

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Corrente	11.813	55.757	-	13.816
Recolhidos e pagos	46.099	65.946	767	26.219
Compensados e deduzidos	-	-	108.994	2.993
Impostos antecipados a recuperar	(34.286)	(10.189)	(109.761)	(15.396)
Diferido	63.254	22.740	79.176	28.522
Imposto de renda e contribuição social do exercício	75.067	78.497	79.176	42.338
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	6,45%	6,75%	10,42%	5,57%

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
Corrente	(67.570)	(13.816)
Diferido	(71.875)	(93.193)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(14.119)	(14.505)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(153.564)	(121.514)

(b) Benefício Fiscal – mais valia incorporado

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL).

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais-valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

Ágio - incorporado	1.126.867
Provisão constituída	(743.733)
Benefício fiscal	383.134
Amortização acumulada	(849.782)
Reversão acumulada	560.858
Saldos em 31 de dezembro de 2018	94.210
Amortização	(41.524)
Reversão	27.405
Saldos em 31 de dezembro de 2019	80.091

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Fatores</u>	<u>Ano</u>	<u>Fatores</u>	<u>Ano</u>	<u>Fatores</u>
2020	0,03480	2023	0,02970	2026	0,02540
2021	0,03280	2024	0,02820		
2022	0,03130	2025	0,02680		

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

10. VALORES A COMPENSAR/(REPASSAR) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstrada a seguir:

		2019						
		Circulante			Não Circulante			
	Ref.	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total Líquido
CVA								
Energia	(a)	531.322	-	531.322	109.462	-	109.462	640.784
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	(b)	-	(177.872)	(177.872)	-	(35.868)	(35.868)	(213.740)
TUST		39.751	-	39.751	10.581	-	10.581	50.332
Neutralidade dos encargos setoriais		-	(24.177)	(24.177)	-	(4.043)	(4.043)	(28.220)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		34.222	-	34.222	9.508	-	9.508	43.730
Outras CVA's		2.286	-	2.286	-	-	-	2.286
Outros Itens Financeiros								
Revisão Tarifária		33	-	33	-	-	-	33
Repasse de sobrecontratação	(c)	-	(80.786)	(80.786)	-	(18.891)	(18.891)	(99.677)
Risco hidrológico	(d)	-	(133.801)	(133.801)	-	(30.256)	(30.256)	(164.057)
Ultrapassagem de Demanda/Excedente Reativo	(e)	-	-	-	-	(155.124)	(155.124)	(155.124)
Compensação ref. Acordos Bilaterais de CCEAR	(f)	18.959	-	18.959	-	-	-	18.959
Outros itens financeiros		1.573	(209)	1.364	267	-	267	1.631
		628.146	(416.845)	211.301	129.818	(244.182)	(114.364)	96.937
		2018						
		Circulante			Não Circulante			
	Ref.	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total Líquido
CVA								
Energia	(a)	719.256	-	719.256	146.542	-	146.542	865.798
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	(b)	-	(243.961)	(243.961)	-	(44.620)	(44.620)	(288.581)
TUST		34.480	-	34.480	6.491	-	6.491	40.971
Neutralidade dos encargos setoriais		12.479	(16.797)	(4.318)	-	(5.499)	(5.499)	(9.817)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		10.283	(22.568)	(12.285)	3.428	-	3.428	(8.857)
Outras CVA's		750	-	750	-	-	-	750
Outros Itens Financeiros								
Revisão Tarifária		2.681	-	2.681	-	-	-	2.681
Repasse de sobrecontratação	(c)	6.825	(94.402)	(87.577)	2.275	-	2.275	(85.302)
Risco hidrológico	(d)	-	(140.118)	(140.118)	-	(23.684)	(23.684)	(163.802)
Efeito das Recontabilizações		5.052	-	5.052	-	-	-	5.052
Ultrapassagem Demanda/ Excedente Reativo	(e)	-	-	-	-	(76.951)	(76.951)	(76.951)
Ressarcimento P&D		-	(17.220)	(17.220)	-	-	-	(17.220)
Compensação ref. Acordos Bilaterais de CCEAR	(f)	1.407	-	1.407	-	-	-	1.407
Outros itens financeiros		10.791	(336)	10.455	617	-	617	11.072
		804.004	(535.402)	268.602	159.353	(150.754)	8.599	277.201

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

(a) Energia

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou a CVA de Energia e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 640.784 (R\$ 865.798 em 31 de dezembro de 2018), decorrente dos custos incorridos acima da cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(b) Encargo de Serviço do Sistema – ESS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou a CVA de ESS e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 213.740 (R\$ 288.581 em 31 de dezembro de 2018), decorrente dos custos incorridos abaixo da cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(c) Repasse de sobrecontratação

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu um ajuste financeiro ativo atualizado de sobrecontratação no valor total de R\$ 99.677 (R\$ 85.302 de ajuste financeiro passivo em 31 de dezembro de 2018), de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(d) Risco hidrológico

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém um componente financeiro de risco hidrológico passivo no valor total atualizado de R\$ 164.057 (R\$ 163.802 de componente financeiro passivo em 31 de dezembro de 2018), decorrente da constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 796/2017, em resultado à Audiência Pública 004/2017 e da amortização do saldo homologado pela ANEEL nos processos tarifários em 2018 e 2019.

(e) Ultrapassagem demanda/excedente reativo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um componente financeiro de ultrapassagem demanda/excedente reativo e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 155.124 (R\$ 76.951 passivo em 31 de dezembro de 2018), em conformidade com o Submódulo 2.7 do PRORET.

(f) Compensação referente acordos bilaterais de CCEAR

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um componente financeiro de compensação referente acordos bilaterais de CCEAR e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 18.959 (R\$ 1.407 ativo em 31 de dezembro de 2018), em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 711/16.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldos iniciais	277.201	193.916
Constituição Ativa (Passiva)	9.322	252.605
Reversão (Amortização)	(213.541)	(195.386)
Remuneração financeira setorial	23.955	26.066
Saldos finais Ativo (Passivo)	96.937	277.201

11. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

11.1. Concessão do serviço público (Ativo Financeiro)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

	Ref	2019	2018
Saldos iniciais		4.757.847	4.057.274
Baixas		(7.575)	(3.258)
Reversão		2	1.855
Transferências	(a)	1.127.016	467.344
Atualização valor de reposição estimado da concessão	(b)	209.586	234.632
Saldos finais		6.086.876	4.757.847

(a) Transferência do ativo contratual de R\$ 1.118.402 (R\$ 462.992 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota 11.2 b, em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício e transferências de R\$ 8.614 (R\$ 4.352 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota 12.a, referente à remensuração de parcela de ativo financeiro e intangível.

(b) Impactado, em 31 de dezembro de 2018, pelo ganho obtido do laudo de Revisão do 4º Ciclo, no montante de R\$ 89.826.

O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos na Companhia.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogada a exclusivo critério do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

11.2. Concessão do serviço público (Ativo Contratual)

A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis está assim apresentada:

	Ref	Custo	Obrigações Especiais	Total
Adoção inicial IFRS 15 / CPC 47 (transferência do ativo intangível em curso)	(a)	1.407.654	(252.613)	1.155.041
Saldos em 01 de janeiro de 2018		1.407.654	(252.613)	1.155.041
Adições		1.827.663	(202.335)	1.625.328
Baixas		(11.986)	-	(11.986)
Transferências - intangíveis		(453.617)	84.817	(368.800)
Transferências - ativos financeiros	(b)	(625.688)	162.696	(462.992)
Transferências - outros	(c)	25.345	38.959	64.304
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)		2.169.371	(168.476)	2.000.895
Adições		2.218.710	(473.603)	1.745.107
Baixas		(9.700)	-	(9.700)
Transferências - intangíveis		(774.562)	88.416	(686.146)
Transferências - ativos financeiros	(b)	(1.312.377)	193.975	(1.118.402)
Transferências - outros	(c)	19.726	28.318	48.044
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.311.168	(331.370)	1.979.798

- a) Como consequência da adoção do CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia teve que considerar seus investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura como ativo contratual, durante o período de construção, até a efetiva entrada em operação, quando são bifurcados em ativo financeiro e intangível. Referem-se ao direito contratual das Distribuidoras de Energia de receber caixa dos usuários ou do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Esse valor foi reapresentado em 31 de dezembro de 2018, conforme nota 3.
- b) Transferência do ativo contratual para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.
- c) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível da Companhia está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização(%)	2019				2018
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido (Reapresentado)
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,88 %	10.583.908	(5.862.370)	(1.425.886)	3.295.652	3.137.904
Total		10.583.908	(5.862.370)	(1.425.886)	3.295.652	3.137.904

De acordo com o Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

		Em serviço		
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2018	9.626.944	(4.865.279)	(1.537.305)	3.224.360
Baixas	(152.023)	134.618	-	(17.405)
Amortizações	-	(570.122)	135.377	(434.745)
Transferências – ativo contratual	453.617	-	(84.817)	368.800
Transferências - ativo financeiro (a)	(4.352)	-	-	(4.352)
Transferências – outros (b)	555	(321)	1.012	1.246
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	9.924.741	(5.301.104)	(1.485.733)	3.137.904
Baixas	(106.718)	83.860	-	(22.858)
Amortizações	-	(645.120)	148.262	(496.858)
Transferências – ativo contratual	774.562	-	(88.416)	686.146
Transferências - ativo financeiro (a)	(8.614)	-	-	(8.614)
Transferências – outros (b)	(63)	(6)	1	(68)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.583.908	(5.862.370)	(1.425.886)	3.295.652

(a) Transferência do intangível para o ativo financeiro.

(b) Referem-se às transferências de bens destinados a alienação e devolução de obrigações especiais.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, limitados ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

13. FORNECEDORES

	2019	2018
Energia elétrica	570.562	370.655
Terceiros	451.306	296.577
Partes relacionadas	119.256	74.078
Encargos de uso da rede	73.000	104.578
Terceiros	70.276	101.433
Partes relacionadas	2.724	3.145
Materiais e serviços	387.586	405.405
Terceiros	387.518	405.402
Partes relacionadas	68	3
Energia livre	49.873	47.131
Total	1.081.021	927.769
Circulante	1.031.148	880.638
Não circulante	49.873	47.131

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures

a.1. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e Financiamentos	2019			2018
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total (*)
Moeda Nacional				
BANCO DO BRASIL	28.741	-	28.741	444.527
BNB	711.769	-	711.769	-
BNDES	972.888	-	972.888	1.010.741
CEF	50.294	-	50.294	57.673
FINEP	-	-	-	1.093
IBM	8.329	-	8.329	-
(-) Custos de transação	(5.331)	-	(5.331)	(3.894)
(-) Depósitos em garantia	(28.475)	-	(28.475)	(25.291)
Total Moeda Nacional	1.738.215	-	1.738.215	1.484.849
Moeda Nacional - Circulante	282.072	-	282.072	448.230
Moeda Nacional - Não Circulante	1.456.143	-	1.456.143	1.036.619
Moeda estrangeira				
BANCO TOKIO	221.827	(40.289)	181.538	188.370
BANK OF AMERICA	255.972	(86.785)	169.187	33.519
BNP PARIBAS	102.045	(27.738)	74.307	76.218
HSBC	334.215	(10.571)	323.644	-
ITAÚ	369.569	(67.047)	302.522	409.425
JP MORGAN	100.961	(17.466)	83.495	85.236
MIZUHO	121.915	-	121.915	118.861
CITIBANK	183.715	(43.469)	140.246	176.273
BEI	877.112	-	877.112	874.049
GOLDMAN SACHS	-	(127.526)	(127.526)	(116.432)
VOTORANTIM	-	(25.662)	(25.662)	(21.746)
SUMITOMO	101.964	(22.385)	79.579	80.660
ICBC	71.696	-	71.696	70.841
SCOTIA BANK	358.178	(13.620)	344.558	-
Opções	-	(895)	(895)	(1.421)
Non Deliverable Forward – NDF	-	12	12	19
Total Moeda Estrangeira	3.099.169	(483.441)	2.615.728	1.973.872
Moeda Estrangeira - Circulante	1.365.207	(268.953)	1.096.254	92.642
Moeda Estrangeira - Não Circulante	1.733.962	(214.488)	1.519.474	1.881.230
Total Empréstimos e Financiamentos	4.837.384	(483.441)	4.353.943	3.458.721
Empréstimos e Finan. - Circulante	1.647.279	(268.953)	1.378.326	540.872
Empréstimos e Finan.- Não Circulante	3.190.105	(214.488)	2.975.617	2.917.849

(*) Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

(**) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas conforme IFRS 09 / CPC 48.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

a.2. Debêntures

Debêntures	2019			2018
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total (*)
Debêntures				
8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissão	2.898.733	(22.624)	2.876.109	2.447.526
(-) Custos de transação (**)	(20.963)	-	(20.963)	(24.705)
Total Debêntures	2.877.770	(22.624)	2.855.146	2.422.821
Debêntures - Circulante	38.942	(492)	38.450	332.397
Debêntures - Não Circulante	2.838.828	(22.132)	2.816.696	2.090.424
Endividamento Total	7.715.154	(506.065)	7.209.089	5.881.542
Endividamento Total - Circulante	1.686.221	(269.445)	1.416.776	873.269
Endividamento Total - Não Circulante	6.028.933	(236.620)	5.792.313	5.008.273

(*) Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

(**) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas conforme IFRS 09 / CPC 48.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a taxa efetiva média de captação da Companhia é de 6,98% a.a. (8,36% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

b. Mutações de saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	2018	Fluxo de caixa				Alterações em não caixa (*)	2019
		Captações	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Pagamento de custo de captação		
Empréstimos e Financiamentos	3.458.721	1.737.311	(831.231)	(218.406)	(4.141)	211.689	4.353.943
Debêntures	2.422.821	700.000	(300.000)	(172.186)	(1.998)	206.509	2.855.146
	2017	Fluxo de caixa				Alterações em não caixa (*)	2018
		Captações	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Pagamento de custo de captação		
Empréstimos e Financiamentos	4.190.203	721.663	(1.496.024)	(269.486)	(2.279)	314.644	3.458.721
Debêntures	655.776	2.000.000	(250.000)	(97.563)	(24.298)	138.906	2.422.821

(*) São considerados como alterações que não afetam o caixa a apropriação dos encargos financeiros, variação monetária e cambial, derivativos, marcação a mercado, movimentações de depósitos em garantia e baixa dos custos de transação; referentes às dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

b.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo Não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2018	287.805	1.232.460	1.165.236	1.504.702	4.190.203
Ingressos	53.659	251.308	-	416.696	721.663
Encargos	96.341	-	109.534	-	205.875
Variação monetária e cambial	4.355	16.390	179.447	354.505	554.697
Derivativos	-	-	(136.295)	(342.095)	(478.390)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	1.785	16.581	18.366
Transferências	462.507	(462.507)	69.159	(69.159)	-
Amortizações do principal	(372.169)	-	(1.123.855)	-	(1.496.024)
Pagamentos de custo de captação	(1.207)	(1.032)	(40)	-	(2.279)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias e cambiais líquidas	(97.118)	-	(172.368)	-	(269.486)
(-) Mov. depósitos em garantia	8.848	-	-	-	8.848
(-) Custos de transação	5.209	-	39	-	5.248
Saldos em 31 de dezembro de 2018	448.230	1.036.619	92.642	1.881.230	3.458.721
Ingressos	4.897	907.414	-	825.000	1.737.311
Encargos	91.560	-	99.694	-	191.254
Variação monetária e cambial	4.517	14.616	5.288	100.098	124.519
Derivativos	-	-	29.144	(100.127)	(70.983)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(4.606)	(28.015)	(32.621)
Transferências	498.768	(498.768)	1.158.712	(1.158.712)	-
Amortizações do principal	(639.061)	-	(192.170)	-	(831.231)
Pagamentos de custo de captação	(186)	(3.738)	(217)	-	(4.141)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias e cambiais líquidas	(125.956)	-	(92.450)	-	(218.406)
(-) Mov. depósitos em garantia	(3.184)	-	-	-	(3.184)
(-) Custos de transação	2.487	-	217	-	2.704
Saldos em 31 de dezembro de 2019	282.072	1.456.143	1.096.254	1.519.474	4.353.943

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
Contratos de Dívida no Mercado Internacional			
Dolar - 4131	25/06/2024	PRE	350.000
Dolar - 4131	08/07/2022	PRE	325.000
Subtotal			675.000
Euro - 4131	10/05/2024	PRE	150.000
Subtotal			150.000
			825.000
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
Financiamento	15/12/2026	IPCA	192.645
Financiamento	30/09/2021	CDI	9.396
Financiamento	15/12/2026	TJLP	961
Financiamento	15/09/2030	IPCA	447.208
Financiamento	15/09/2030	IPCA	262.101
Subtotal			912.311
Total			1.737.311

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Além dos indexadores mencionado acima, as captações realizadas no exercício incorreram em *spreads* estabelecidos contratualmente nas negociações realizadas com os financiadores.

b.2. Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	7.816	647.960	655.776
Ingressos	-	2.000.000	2.000.000
Encargos	125.692	-	125.692
Variação monetária e cambial	165	12.369	12.534
Derivativos	(568)	(3.923)	(4.491)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	727	727
Transferências	545.804	(545.804)	-
Amortizações de principal	(250.000)	-	(250.000)
Pagamentos de custo de captação	(3.393)	(20.905)	(24.298)
Pagamentos de juros	(97.563)	-	(97.563)
(-) Custos de transação	4.444	-	4.444
Saldos em 31 de dezembro de 2018	332.397	2.090.424	2.422.821
Ingressos	-	700.000	700.000
Encargos	178.223	-	178.223
Variação monetária e cambial	329	27.829	28.158
Derivativos	(1.333)	(3.897)	(5.230)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(381)	(381)
Transferências	(4.563)	4.563	-
Amortizações de principal	(300.000)	-	(300.000)
Pagamentos de custo de captação	(156)	(1.842)	(1.998)
Pagamentos de juros	(172.186)	-	(172.186)
(-) Custos de transação	5.739	-	5.739
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.450	2.816.696	2.855.146

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Emissão	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
12º	24/04/2024	108% CDI	309.070
12º	24/04/2026	110,25% CDI	390.930
Total			700.000

c. Cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures

c.1. Empréstimos e financiamentos

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2019		
	Dívida	Custos transação	Total líquido
2021	472.505	(1.121)	471.384
2022	707.069	(984)	706.085
2023	323.758	(984)	322.774
2024	689.838	(282)	689.556
2025	156.764	(47)	156.717
Após 2025	650.189	(226)	649.963
Total obrigações	3.000.123	(3.644)	2.996.479
Marcação a mercado			(20.862)
Total			2.975.617

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

c.2. Debêntures

O cronograma de amortização das debêntures são conforme tabela a seguir:

	2019		Total líquido
	Debêntures	Custos transação	
2021	100.000	-	100.000
2022	450.000	-	450.000
2023	1.027.459	(6.320)	1.021.139
2024	586.529	(5.510)	581.019
2025	472.924	(4.133)	468.791
Após 2025	195.466	-	195.466
Total obrigações	2.832.378	(15.963)	2.816.415
Marcação a mercado			281
Total			2.816.696

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

d. Condições restritivas financeiras (covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e de cobertura de juros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia ou Consolidadas da Neoenergia S.A (“Controladora”). Os principais parâmetros estão listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

e. Garantias dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 31/12/2019
Financiamento	3,00% a 6,00% / TJLP + 1,59% a 2,70% / IPCA + 2,7037% a 4,7230% / SELIC + 2,09% a 2,53%	2021 a 2030	Garantia Real / Quirografária	2.601.662	2.396.009
Debêntures Infra	IPCA + 6,2214% a 6,7549%	2021 a 2025	Quirografária	943.306	937.103
Debêntures Institucionais	108,00% a 116,00% do CDI	2023 a 2026	Quirografária	1.900.000	1.918.043
Empréstimo	87,65% a 125,90% do CDI	2020 a 2030	Quirografária	2.237.403	1.957.933
					7.209.088

15. SALARIOS E ENCARGOS A PAGAR

	2019	2018
Salários	67	132
Encargos sociais	6.582	4.561
Provisões de férias e 13º	33.872	29.557
Encargos sobre provisões de férias e 13º	14.738	11.847
Provisão para participação nos lucros e resultados	55.157	40.137
Outros	3.040	44
Total	113.456	86.278

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

16. ENCARGOS SETORIAIS

	Ref.	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	-	40.214
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	1.887	1.974
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	1.904	987
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	53.714	48.587
Programa de Eficientização Energética – PEE	(b)	70.646	47.286
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(c)	1.035	930
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(d)	6.695	-
Total		135.881	139.978
Circulante		56.214	101.757
Não circulante		79.667	38.221

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

(d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

17. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

	2019	2018
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	119.542	72.102
Programa de integração social - PIS	13.578	13.675
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	62.665	63.359
Instituto nacional de seguridade social - INSS	7.280	6.579
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	2.282	1.798
Imposto sobre serviços – ISS	903	357
Impostos e contribuições retidos na fonte	36.062	49.961
Outros	665	240
Outros tributos a recolher	242.977	208.071
Circulante	235.908	201.717
Não Circulante	7.069	6.354

18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatória, decorrentes do curso normal de suas atividades. Além dos processos judiciais, a Companhia também é parte em processos administrativos com a ANEEL, cuja provisão é classificada como Regulatória.

Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	171.762	117.305	21.874	5.666	316.607
Adição	26.099	76.598	450	-	103.147
Reversões por ganho	(21.440)	(20.236)	3	-	(41.673)
Reversões por					
Pagamentos/Indenizações	(12.464)	(83.074)	(461)	-	(95.999)
Atualização	19.403	24.029	1.074	604	45.110
Saldos em 31 de dezembro de 2018	183.360	114.622	22.940	6.270	327.192
Adição	24.505	79.799	862	-	105.166
Reversões por ganho	(16.760)	(17.464)	(142)	-	(34.366)
Reversões por					
Pagamentos/Indenizações	(25.703)	(81.892)	(309)	-	(107.904)
Atualização	16.908	35.915	744	649	54.216
Saldos em 31 de dezembro de 2019	182.310	130.980	24.095	6.919	344.304
Circulante	25.703	42.831	309	-	68.843
Não circulante	156.607	88.149	23.786	6.919	275.461

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo a cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 371.219 (R\$ 463.526 em 31 de dezembro de 2018) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 974.568 (R\$ 835.760 em 31 de dezembro de 2018) em processos cíveis (incluído as causas acompanhadas no juizado especial) com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.315.663 (R\$ 1.233.011 em 31 de dezembro de 2018) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

(i) falta de retenção do imposto de renda incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 145.274 (R\$138.382 em 31 de dezembro de 2018); e

(ii) não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 750.263 (R\$ 766.713 em 31 de dezembro de 2018).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Regulatórias

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 221.206 (R\$ 198.698 em 31 de dezembro de 2018) em ações regulatórias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos: (i) processo nº 0030544-34.2013.4.01.3400, que versa sobre anulação da Resolução Normativa da ANEEL nº 387 de 15/12/2009 e do despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010 que trata sobre procedimento de coleta dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, realização das suas compensações financeiras e recuperação dos indicadores globais, com valor estimado de R\$ 51.811 (R\$ 46.744 em 31 de dezembro de 2018); e (ii) processo nº 0067683-83.2014.4.01.3400, que questiona a legalidade dos atos administrativos da ANEEL consubstanciados no Auto de Infração 118/2012-SFE/ANEEL, com valor estimado em R\$ 35.215 (R\$ 31.496 em 31 de dezembro de 2018).

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2019	2018
Trabalhistas	259.537	243.942
Cíveis	130.571	89.074
Fiscais	104.565	88.543
Outros	12.229	12.042
Total	506.902	433.601

19. OUTROS PASSIVOS

	Ref	2019	2018
Ressarcimento PIS e COFINS a consumidores	(a)	2.616.840	-
Consumidores	(b)	91.473	77.116
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		21.416	19.032
Caução em garantia	(c)	369.185	286.254
Adiantamentos recebidos		18.200	10.800
Repasse a terceiros		10.065	11.806
Outros		23.913	13.204
Total		3.151.092	418.212
Circulante		458.811	294.333
Não circulante		2.692.281	123.879

- (a) Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Esses embargos ainda estão pendentes de julgamento.

Em setembro de 2019, transitou em julgado decisão favorável à Companhia, nos autos da Ação Declaratória nº 0021883-80.2010.4.01.3300, ajuizada em 10 de junho de 2010, que pleiteava a inexistência de relação jurídico-tributária com a União Federal no que tange à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS e o reconhecimento do direito ao crédito relativo aos valores

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

indevidamente recolhidos, no período compreendido de 2005 a 2019 devidamente atualizados pela Taxa SELIC.

Amparada pelas avaliações de seus assessores jurídicos e nas melhores estimativas, a Companhia constituiu ativos de PIS e de COFINS a recuperar no total de R\$ 2.619.883 (vide nota explicativa nº 8.2) e passivo pelo mesmo montante, líquidos de honorários de êxito no montante de R\$ 3.043 devidos aos advogados, totalizando passivo no montante de R\$ 2.616.840. A constituição do passivo decorre do entendimento de que os montantes a serem apropriados por meio de compensação dos créditos fiscais reconhecidos deverão ser integralmente repassados aos consumidores, nos termos das normas legais e regulamentares do setor elétrico. A Companhia adotará os procedimentos do crédito tributário de acordo com as previsões legais estabelecidas pela Receita Federal do Brasil e o repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O resumo dos impactos é apresentado a seguir:

	2019	
	Balço patrimonial	
	Ativo	Passivo
Outros tributos a recuperar		
PIS e COFINS	2.619.883	-
PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores	-	2.619.883
	2.619.883	2.619.883
Circulante	689.103	-
Não Circulante	1.930.780	2.619.883
	Demonstração do resultado	
Receita operacional bruta		
Efeito contabilizado no passivo a restituir		(1.714.100)
Efeito contabilizado em tributos a recuperar		1.714.100
Resultado financeiro		
Outras receitas financeiras		
Atualização de tributos a recuperar		905.783
Atualização do passivo a restituir		(905.783)
Efeito líquido no resultado		-

A Companhia informa ainda que está levantando o total de despesas incorridas durante o período abrangido pela ação, que assim como os honorários de êxito devidos aos advogados, também deverão ser deduzidas dos valores a restituir aos consumidores, desde que autorizado pela ANEEL.

- (b) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos índices IGPM ou CDI, conforme previsto em contrato.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de R\$ 3.050.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 2.988.162 (R\$ 2.988.162 em 31 de dezembro de 2018).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

2019							Total	
Acionistas/ Qtde Ações vs R\$	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A .	144.923	1.652.270	25.511	290.848	82.878	944.898	253.312	2.888.016
Outros	7.074	80.658	1.709	19.488	-	-	8.783	100.146
Total	151.997	1.732.928	27.220	310.336	82.878	944.898	262.095	2.988.162

* Lote de mil ações.

2018							Total	
Acionistas/ Qtde Ações vs R\$	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A .	144.923	1.652.270	25.511	290.848	82.878	944.898	253.312	2.888.016
Outros	7.074	80.658	1.709	19.488	-	-	8.783	100.146
Total	151.997	1.732.928	27.220	310.336	82.878	944.898	262.095	2.988.162

* Lote de mil ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.009.498	638.557
Média ponderada de ações em poder dos acionistas (*)	262.095	232.086
Lucro básico e diluído por ação – R\$	3,85	2,75

(*)Considera os aumentos de capital ocorridos em: (i) 20 de março de 2018, com emissão de 17.263.796 ações do tipo ordinária, 3.101.901 ações do tipo preferencial Classe A e 9.563.348 ações do tipo preferencial Classe B; (ii) 27 de julho de 2018, com a emissão de 16.235.889 ações do tipo ordinária, 2.919.354 ações do tipo preferencial do tipo Classe A e 9.000.787 ações do tipo preferencial de Classe B.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 339.052 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de dezembro de 2019, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 303.044 (R\$ 288.925 em 31 de dezembro de 2018) e a disponível para capitalização é de R\$ 258.962 (R\$ 244.841 em 31 de dezembro de 2018).

b) Gastos com emissão de ações

Valor de gasto incremental (R\$ 1.661) com laudo de terceiro para viabilizar captação de recursos, reconhecido conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 (IAS 32).

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 141.185 (R\$ 38.328 em 31 de dezembro de 2018). de incentivo fiscal SUDENE.

b) Reserva legal

Em conformidade com a Lei 6.404/1976, as companhias brasileiras são requeridas ao final de cada exercício a constituir a reserva legal, que é calculada com base em 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de lucro

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Será proposto ao Conselho de Administração da Companhia a aprovação da distribuição da reserva constituída de acordo com o artigo 196 da Lei das S.A no montante de R\$ 519.892, bem como ratificar o saldo da reserva de lucro R\$ 820.677 para utilização como orçamento de capital nos próximos exercícios, sendo que deste saldo, R\$ 500.000 foram distribuídos como dividendos, conforme aprovação na reunião de 14 de fevereiro de 2019.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos adicionais propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2019</u>					
RCA 14 de fevereiro de 2019	Dividendos sobre Reservas de Lucros existentes em Dezembro/ 2017	500.000	1,8492223	1,8492223	2,0341446
AGO 16 de abril de 2019	Dividendos Adicionais	266.480	0,9855636	0,9855636	1,0841199
RCA 28 de junho de 2019	JSCP	163.000	0,6028465	0,6028465	0,6631311
RCA 13 de dezembro de 2019	JSCP	134.945	0,4990866	0,4990866	0,5489953
		1.064.425			
<u>2018</u>					
RCA 28 de junho de 2018	JSCP	114.232	0,4733478	0,4733478	0,5206826
RCA 19 de dezembro de 2018	JSCP	192.000	0,7101014	0,7101014	0,7811115
		306.232			

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima aos acionista de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A remuneração mínima contempla os direitos dos acionistas detentores das ações preferencias “Classe B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

Ref	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.009.498	638.557
Incentivo fiscal SUDENE	(141.185)	(38.328)
Aplicação inicial CPC 48/IFRS 9	-	4.411
	868.313	604.640
Constituição da reserva legal (5%)	(50.475)	(31.928)
Lucro líquido ajustado passível de distribuição	817.838	572.712
Remuneração mínima obrigatória (25%)	204.460	143.178
Natureza da remuneração paga e proposta:		
Juros sobre capital próprio	297.946	306.232
Dividendos propostos (a)	-	266.480
Total Bruto	297.946	572.712
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*).	(43.621)	(44.875)

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

(a) Dividendos adicionais propostos

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

O Conselho de Administração aprovou, na reunião de 14 de fevereiro de 2019, a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2018, (R\$ 266.480).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

Dividendos declarados

O Conselho de Administração, aprovou na reunião de 14 de fevereiro de 2019, dividendos declarados distribuídos a partir da reserva de retenção de lucros (R\$ 500.000), na reunião de 26 de junho de 2019 a deliberação de Juros sobre capital próprio intermediário (R\$ 163.000), e na reunião de 13 de dezembro de 2019 a deliberação de Juros sobre capital próprio (R\$ 134.945).

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2019	2018
Saldos iniciais	166.111	225.882
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	1.064.425	306.232
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(43.621)	(44.875)
Pagos no período	(1.068.787)	(321.128)
Prescritos	(330)	-
Saldos finais	117.798	166.111

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

21. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções é como segue:

	Ref	2019	2018
Fornecimento de energia	(a)	5.634.998	5.490.371
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	262.326	251.799
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	6.863.188	5.517.824
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(d)	(204.219)	57.219
Receita de construção da infraestrutura da concessão		1.721.425	1.625.576
Outras receitas	(e)	298.963	320.003
Total receita bruta		14.576.681	13.262.792
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(4.357.389)	(4.025.428)
Total receita operacional líquida		10.219.292	9.237.364

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

(a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

Ref.	MWh (*)		R\$	
	2019	2018	2019	2018
Consumidores:				
Residencial	7.325.925	7.025.231	5.483.441	4.892.372
Industrial	1.434.522	1.575.594	835.966	859.466
Comercial	3.404.231	3.298.861	2.658.280	2.382.826
Rural	2.211.617	1.955.706	854.946	665.381
Poder público	774.123	734.541	507.920	449.611
Iluminação pública	1.176.734	1.156.100	390.454	360.038
Serviço público	821.411	759.662	314.528	264.101
Consumo próprio	17.447	15.995	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	34.487	23.867
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	(6.389.661)	(5.158.108)
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	944.637	750.817
Total	17.166.010	16.521.690	5.634.998	5.490.371

(*) Informações não auditadas.

- (1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição

	2019	2018
Receita de Uso - Consumidor livre	473.527	359.716
Receita de Uso - Consumidor cativo	(*) 6.389.661	5.158.108
	6.863.188	5.517.824

(*) Vide comentários nota a.(1), acima.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

(d) Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros

	2019	2018
CVA		
Energia	(271.547)	(61.722)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	90.182	69.724
TUST	9.153	3.225
Neutralidade dos encargos setoriais	(18.052)	(28.126)
Outras CVA's	52.013	68.230
Outros Itens Financeiros		
Revisão Tarifária	(2.648)	1.456
Sobrecontratação	(15.164)	126.585
Risco Hidrológico	3.631	(5.659)
Efeito das recontabilizações	(5.052)	(19.484)
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente Reativo	(71.755)	(65.022)
Ressarcimento P&D	17.220	(17.220)
Compensação ref. Acordos Bilaterais de CCEAR	17.552	1.075
Outros itens financeiros	(9.752)	(15.843)
Total	(204.219)	57.219

(e) Outras Receitas

	2019	2018
Renda da prestação de serviços	2.692	10.064
Arrendamentos e aluguéis	55.212	45.081
Serviço taxado	6.643	6.935
Administração de faturas de fraudes	2.521	1.368
Valor de reposição estimado da concessão (1)	209.586	234.632
Comissão serviços de terceiros	22.299	21.823
Outras receitas	10	100
	298.963	320.003

(1) Conforme mencionado na nota 11.1, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

(f) Deduções da Receita Bruta

	2019	2018
Impostos e contribuições		
ICMS	(2.554.514)	(2.245.524)
PIS	(209.696)	(187.823)
COFINS	(966.611)	(865.255)
ISS	(9.159)	(8.117)
Encargos Setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(491.906)	(645.570)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(41.718)	(36.830)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(16.687)	(14.732)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(8.344)	(7.366)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(16.687)	41.084
Encargos do Consumidor – PROINFA	(29.964)	(24.441)
Encargos do Consumidor – CCRBT	-	(20.135)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica – TFSEE	(12.103)	(10.719)
Total	(4.357.389)	(4.025.428)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

22. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	MWh (*)		R\$	
	2019	2018	2019	2018
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Ambiente de Contratação Regulado – ACR (Leilões)	13.398.575	12.314.389	(2.282.415)	(1.938.508)
Contratos bilaterais	2.155.206	2.154.960	(481.283)	(443.776)
Contratos por cotas de garantia física	5.329.998	5.572.870	(550.135)	(492.001)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	628.941	654.523	(159.238)	(161.153)
Mercado de Curto Prazo	220.062	23.631	(478.989)	(185.866)
PROINFA	399.295	408.063	(138.661)	(121.001)
Ressarcimento de energia	-	-	25.387	35.756
(-) Créditos de PIS e COFINS	-	-	423.329	422.358
Custos Variáveis	-	-	(663.743)	(1.163.637)
Total	22.132.077	21.128.436	(4.305.748)	(4.047.828)
<u>Encargos de uso dos sistemas de distribuição</u>				
Encargos de rede básica			(650.752)	(640.929)
Encargos de conexão			(58.276)	(51.260)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(7.707)	(7.517)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS			6.049	(54.939)
Encargos de Energia de Reserva - EER			(39.270)	40.121
(-) Créditos de PIS e COFINS			66.766	69.289
Total			(683.190)	(645.235)
Total de custos com energia elétrica			(4.988.938)	(4.693.063)

(*) Informações não auditadas.

23. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custo / (Despesas)/ Receitas	Ref	2019				2018
		Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ (Despesas) gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(271.698)	(56.107)	(170.060)	(497.865)	(Reapresentado) (411.905)
Administradores		-	-	(4.488)	(4.488)	(3.898)
Benefício pós emprego		-	-	(1.265)	(1.265)	(428)
Material		(32.882)	(100)	(12.477)	(45.459)	(47.408)
Serviços de terceiros		(406.506)	(61.049)	(146.107)	(613.662)	(706.014)
Amortização	(b)	(449.753)	-	(42.831)	(492.584)	(420.957)
Arrendamentos e aluguéis		(901)	-	74	(827)	(7.168)
Tributos		(110)	(2)	(7.766)	(7.878)	(7.189)
Provisões líquidas - contingências		-	-	(70.800)	(70.800)	(61.474)
Outras (despesas)/receitas	(c)	(21.407)	(2.306)	19.452	(4.261)	(19.095)
Total custos / receitas / (despesas)		(1.183.257)	(119.564)	(436.268)	(1.739.089)	(1.685.536)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

(a) Custo e despesa de pessoal

	2019	2018
Remunerações	(234.750)	(192.869)
Encargos sociais	(103.990)	(88.659)
Auxílio alimentação	(42.443)	(29.027)
Previdência privada e outros benefícios	(24.776)	(15.762)
Rescisões	(13.628)	(25.358)
Férias e 13º salário	(58.492)	(49.257)
Plano de saúde	(59.559)	(42.800)
Participação nos lucros e resultados	(53.586)	(42.694)
Encerramento de ordem em curso	(1.456)	(1.493)
(-) Transferências para ordens	99.392	79.140
Outros	(4.577)	(3.126)
	(497.865)	(411.905)

(b) Amortização

	2019	2018
Quota de amortização no exercício	(504.624)	(434.745)
Cota bens de renda	(67)	(153)
(-) Crédito PIS/COFINS	12.107	13.941
	(492.584)	(420.957)

(c) Outras receitas e despesas

	2019	2018
Seguros	(3.790)	(4.148)
Doações e contribuições	(1.136)	(585)
Recuperação de despesa	13.680	10.548
Órgãos de classe do setor elétrico	(3.335)	(2.998)
Despesas de viagem	(15.587)	(12.128)
Consumo próprio de energia elétrica	(13.657)	(10.512)
Propaganda e publicidade	(3.920)	(2.602)
Alimentação	(1.946)	(1.122)
Encerramento de ordem	(436)	(325)
Multa contratual do consumidor	89.520	76.322
Perdas / alienação / cancelamento / desativação	(83.933)	(73.654)
Indenização danos elétricos	(5.254)	(4.696)
Eventos	(1.426)	(698)
Outros	26.959	7.503
Total	(4.261)	(19.095)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	39.762	98.228
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	55.304	55.478
Variações monetárias e cambiais - Dívida	626.374	1.122.204
Variações monetárias e cambiais – Outras receitas	11.228	1.497
Instrumentos financeiros derivativos	781.334	1.101.783
Atualização depósitos judiciais	9.477	12.000
Atualização do ativo financeiro setorial	23.955	26.066
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	(9.592)	(12.615)
Outras receitas financeiras	39.791	42.388
Total	1.577.633	2.447.029
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívida	(312.712)	(285.134)
Variações monetárias e cambiais – Dívida	(773.271)	(1.696.688)
Variações monetárias e cambiais – Outras despesas	(26.612)	(18.256)
Instrumentos financeiros derivativos	(692.902)	(620.386)
Benefícios Pós-Emprego e outros benefícios	(70.119)	(74.778)
IOF	(6.596)	(7.857)
Arrendamento	(2.042)	-
Encargos P&D/PEE	(4.797)	(4.028)
Atualização contingências	(54.216)	(45.110)
Outras despesas financeiras	(116.300)	(81.828)
Total	(2.059.567)	(2.834.065)
Resultado financeiro líquido	(481.934)	(387.036)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COLIGADAS	Ref	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
		2019	2018	2019	2018	
<u>Receita/(compra) de Energia Elétrica</u>						
Termopernambuco S/A	(b.1)	(20.805)	(16.200)	(144.074)	(131.483)	2023
Baguari I Geração Energia Elétrica S.A.	(b.2)	(627)	(601)	(5.267)	(5.059)	2039
Norte Energia S.A.	(b.2)	(85.619)	(47.293)	(378.757)	(396.981)	2045
Energética Águas da Pedra	(b.2)	(2.656)	(2.544)	(22.306)	(21.427)	2040
Geração Céu Azul S/A	(b.2)	(361)	-	(3.035)	-	2048
Lagoa 1	(b.2)	(127)	-	(1.133)	-	2038
Lagoa 2	(b.2)	(116)	-	(1.031)	-	2038
Canoas	(b.2)	(120)	-	(1.067)	-	2038
Calango 1 Energia Renovável S/A	(b.2)	(131)	-	(1.535)	-	2033
Calango 2 Energia Renovável S/A	(b.2)	(112)	-	(1.312)	-	2033
Calango 3 Energia Renovável S/A	(b.2)	(131)	-	(1.535)	-	2033
Calango 4 Energia Renovável S/A	(b.2)	(121)	-	(1.423)	-	2033
Calango 5 Energia Renovável S/A	(b.2)	(129)	-	(1.512)	-	2033
Caetité 2 Energia Renovável S/A	(b.2)	(108)	-	(1.271)	-	2032
Caetité 3 Energia Renovável S/A	(b.2)	(109)	-	(1.283)	-	2032
Mel 2 Energia Renovável S/A	(b.2)	(88)	-	(1.034)	-	2032
Arizona 1 Energia Renovável S/A	(b.2)	(118)	-	(1.386)	-	2032
Cia Hidroelétrica Teles Pires	(b.2)	(7.778)	(7.440)	(65.802)	(62.668)	2044
		(119.256)	(74.078)	(634.763)	(617.618)	
<u>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (TUST) e (CUST)</u>						
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(c)/(d)	(1.703)	(1.679)	(14.861)	(13.944)	2027
Se Nandiba S.A.	(c)/(d)	(761)	(1.389)	(9.035)	(10.631)	2027
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	(c)	(68)	(69)	(544)	(580)	2027
		(2.532)	(3.137)	(24.440)	(25.155)	
<u>Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)</u>						
Celpe	(e)	346	546	4.223	5.037	Renovação Automática
		346	546	4.223	5.037	
<u>Fornecimento de Energia</u>						
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a)	458	108	909	872	Indeterminado
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(b.1)	8	-	-	-	2027
		466	108	909	872	
<u>Serviços Administrativos</u>						
Afluente Transmissão Energ.Elétrica S.A.	(f)	(68)	(3)	(34)	(34)	2023
Faelba	(g)	18.715	27.216	(7.315)	(30.917)	Indeterminado
		18.647	27.213	(7.349)	(30.951)	
		Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		
CONTROLADORES	Ref	2019	2018	2019	2018	Vencimento
<u>Serviços Administrativos</u>						
Neoenergia S.A	(i)	56.341	36.912	(67.372)	(42.649)	2020
Banco do Brasil	(h)	-	-	-	(6.091)	Indeterminado
		56.341	36.912	(67.372)	(48.740)	
<u>Dividendos e JSCP</u>						
Neoenergia S.A	(k)	(110.977)	(157.898)	-	-	
Outros Minoritários	(k)	(6.821)	(8.213)	-	-	
		(117.798)	(166.111)	-	-	
<u>Empréstimos e Aplicação Financeira</u>						
Banco do Brasil	(j)	-	(299.864)	-	19.307	2019 e 2021
		-	(299.864)	-	19.307	
TOTAL		(163.786)	(478.411)	(728.792)	(697.248)	
CIRCULANTE		(170.721)	(260.186)			
NÃO CIRCULANTE		6.935	(218.225)			

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

(a) Contratos de fornecimento de energia, com partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL e correção anual de acordo com reajuste de tarifas de consumo.

(b) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:

b.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

b.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), corrigidos anualmente: (i) através do reajuste tarifário ANEEL ou; (ii) pela variação do IGPM.

(f) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(g) Contribuições da Companhia para o fundo previdenciário dos funcionários ativos calculados sobre as remunerações mensais e contabilizações dos fundos de reservas: (i) As Reservas Especiais dos Planos de Benefícios autorizados pelos ofícios PREVIC nº 983 de 11/10/2017, nº 540 de 21/11/2016, nº 583 de 08/03/2016 e nº 410 de 19/02/2015; (ii) O excedente da reserva do fundo de risco; e (iii) o fundo de sobras.

(h) Contrato de serviço de arrecadação das faturas de energia corrigido pelo IPCA. Deixou de ser parte relacionada após 01/07/2019 em função do IPO.

(i) Contratos de cessão de crédito com a Neoenergia em função da compensação do prejuízo fiscal do débito da PGFN. (ii) Contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa como avalista de instrumentos financeiros com cobrança de fee por Aval. (iii) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(j) Contratos de empréstimo, corrigidos mensalmente com base no CDI e aplicação em fundos de investimento em renda fixa (BB Polo 28), acionista até 28 de junho de 2019. Deixou de ser parte relacionada após 01/07/2019 em função do IPO.

(k) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.

25.1. Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 4.488 (R\$ 3.898 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Remuneração recorrente	4.831	3.077
Benefícios de curto prazo	(428)	1.521
Benefícios de longo prazo	(744)	(700)
Rescisões contratuais	829	-
Total	4.488	3.898

Os valores de benefícios de curto e longo prazo, que apresentam saldos credores nos exercícios findos em 2018 e 2019, são decorrentes de reversões de provisões constituídas em exercício anteriores e que não tem mais expectativa de desembolso pela Companhia.

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 16 de abril de 2019, aprovou o montante de até R\$ 8.275 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante pago foi de R\$ 5.727 (R\$ 5.294 em 31 de dezembro de 2018), conforme detalhamento abaixo:

	2019	2018
Remuneração recorrente	2.488	2.920
Benefícios de curto prazo	1.377	833
Benefícios de longo prazo	1.033	1.541
Rescisões contratuais	829	-
Total	5.727	5.294

Adicionalmente a Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus empregados e / ou administradores.

26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e de políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida; e alongamento do prazo médio de pagamento.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

b) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2019, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira.

As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia mantém um total de aplicações no curto prazo de R\$ 851.830, sendo R\$ 708.515 em fundos exclusivos e R\$ 143.315 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual, e utiliza para projeção do endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019, as curvas futuras de mercado para os indexadores e moedas.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2020	2021	2022	2023	2024	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	4.837.384	5.916.206	1.864.086	644.438	841.719	422.922	918.838	1.224.203
Debêntures	2.877.770	3.795.457	156.440	299.804	630.210	1.207.838	719.085	782.080
Fornecedores	1.081.021	1.081.021	1.031.148	-	-	-	-	49.873
Passivos financeiros derivativos								
Swap cambial e de taxa de juros	(505.182)	(628.562)	(273.280)	(42.630)	10.125	7.050	(125.753)	(204.074)
Non-deliverable Forwards (NDF)	12	12	12	-	-	-	-	-
Opções	(895)	(895)	(895)	-	-	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicado pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Ratings de longo prazo em escala nacional (*)	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	-	AA
Bank of America	-	-	AAA
BNP Paribas	-	AAA	-
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
MUFG	-	AAA	-
Votorantim	Aa3	AAA	-
Banco J.P. Morgan S.A.	-	AAA	-
Sumitomo	-	AAA	-
Safrá	Aa1	AAA	-

(*) HSBC e Scotiabank possuem *ratings* apenas em escala global.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	21.413	251.209
Títulos e valores mobiliários	53.135	10.738
Contas a receber de clientes e outros	2.414.169	2.030.455
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	96.937	277.201
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	830.417	632.745
Concessão do Serviço Público - Indenização	6.086.876	4.757.847

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-deliverable Forwards* (NDF) e opções de câmbio.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

(i) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*Libor*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	2019
Swap US\$ pós vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 311.460	US\$ 329.317	2020 - 2029	1.259.587	1.292.968	
Passivo	R\$ 993.903	R\$ 1.052.497		(985.069)	(1.044.853)	
Risco de crédito				-	(430)	
Líquido				274.518	247.685	26.833

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	2019
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 115.973	US\$ 146.473	2020	470.602	567.030	
Passivo	R\$ 383.263	R\$ 483.519		(386.088)	(494.856)	
Risco de crédito				-	103	
Líquido				84.514	72.277	12.237

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	2019
Swap US\$ pós vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 74.781	US\$ 74.907	2030	299.776	289.057	
Passivo	R\$ 242.660	R\$ 243.550		(244.463)	(246.256)	
Risco de crédito				-	(143)	
Líquido				55.313	42.658	12.655

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	2019
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 143.907	US\$ 55.049	2021 - 2024	593.714	208.592	
Passivo	R\$ 530.142	R\$ 180.088		(539.806)	(183.655)	
Risco de crédito				-	(27)	
Líquido				53.908	24.910	28.998

(ii) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	2019
Swap EUR \$ pré vs R\$ pós						
Ativo	€ 33.983	-	2024	157.203	-	
Passivo	R\$ 150.973	-		(153.469)	-	
Risco de crédito				-	-	
Líquido				(3.734)	-	3.734

(iii) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	2019
Swap IPCA vs CDI						
Ativo	R\$ 112.463	R\$ 108.484	2021	123.948	117.871	
Passivo	R\$ 101.044	R\$ 101.330		(101.324)	(101.971)	
Risco de crédito				-	(20)	
Líquido				22.624	15.880	6.744

(iv) Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	2019
Opções						
Compra de Call	US\$1.365	US\$ 2.568	2020 - 2021	895	1.436	
Venda de Put				-	(15)	
Líquido				895	1.421	(526)
	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	2019
NDF						
Termo USD	US\$ -	US\$ 254	2020	-	(9)	
Líquido				-	(9)	9

(v) Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	2019
NDF						
Termo EUR	€ 29	€ 58	2020	(12)	(10)	-
				(12)	(10)	(2)

(vi) Programa de *hedge* para desembolsos em Reais

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ préfixados. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em uma taxa préfixada pelo banco credor.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	2019
Ativo	R\$ 335.842	R\$ -	2022	347.234	-	
Passivo	R\$ 334.156	R\$ -		(336.663)	-	
Líquido				10.571	-	10.571

f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo / Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	4,0307	(2.611.027)	(652.757)	(1.305.514)
Swap Ponta Ativa em Dólar				2.623.679	655.920	1.311.840
Exposição Líquida				12.652	3.163	6.326
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	4,5305	(153.927)	(38.482)	(76.964)
Swap Ponta Ativa em Euro				157.203	39.301	78.602
Exposição Líquida				3.276	819	1.638
Opções - <i>Collar</i>	Dólar(\$)	Queda do Dólar	4,0360			
Item protegido: parte de desembolsos em USD				895	(408)	(1.256)
Exposição Líquida				895	(408)	(1.256)
NDF	Euro(€)	Queda do Euro	4,5305			
Item protegido: parte de desembolsos em EUR				(12)	(33)	(66)
Exposição Líquida				(12)	(33)	(66)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Ncional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	4,40%	811.538	35.709	(8.927)	(17.855)
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	4,40%	(1.960.116)	(97.788)	(122.235)	(146.682)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	4,40%	(2.746.882)	(130.227)	(162.784)	(195.341)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	6,29%	(1.880.945)	(214.235)	(31.018)	(62.037)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	6,29%	101.324	13.653	1.702	3.404
Dívida em <i>LIBOR</i> 3M	LIBOR	Alta da <i>LIBOR</i> 3M	1,91%	(683.894)	(14.975)	(3.744)	(7.488)
Swaps Libor 3M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da <i>LIBOR</i> 3M	1,91%	683.893	14.975	3.744	7.488
Dívida em <i>LIBOR</i> 6M	LIBOR	Alta da <i>LIBOR</i> 6M	1,91%	(877.112)	(15.733)	(3.933)	(7.867)
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da <i>LIBOR</i> 6M	1,91%	875.470	15.701	3.925	7.851
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	4,40%	(271.541)	(18.365)	(3.055)	(6.109)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,09%	(431.788)	(31.001)	(5.495)	(10.989)

27. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

		2019		2018	
	Nível (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurados pelo custo amortizado		2.281.154	2.281.154	1.993.634	1.993.634
Títulos e valores mobiliários		53.135	53.135	10.738	10.738
Contas a receber de clientes e outros		2.016.718	2.016.718	1.705.695	1.705.695
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		211.301	211.301	277.201	277.201
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		7.187.618	7.187.618	5.637.281	5.637.281
Caixa e equivalentes de caixa		708.515	708.515	543.039	543.039
Swap e cambial		2 392.227	392.227	336.395	336.395
Concessão do Serviço Público – Ativo Financeiro		3 6.086.876	6.086.876	4.757.847	4.757.847
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		114.617	114.617	71.540	71.540
Non-deliverable forwards (NDF)		2 2	2	-	-
Opções		2 895	895	1.436	1.436
Swap de taxa de juros e cambial		2 113.720	113.720	70.104	70.104
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		7.056.987	7.165.603	4.733.447	4.783.492
Fornecedores		1.081.021	1.081.021	927.769	927.769
Empréstimos e financiamentos		3.107.780	3.107.988	1.484.849	1.534.894
Debêntures		2.753.822	2.862.230	2.320.829	2.320.829
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		114.364	114.364	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		1.853.552	1.853.552	2.481.229	2.481.229
Empréstimos e financiamentos		2 1.729.604	1.729.604	2.362.804	2.362.804
Debêntures		2 123.948	123.948	117.872	117.872
Swap e cambial		2 -	-	553	553
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		779	779	2.570	2.570
Non-deliverable forwards (NDF)		2 14	14	19	19
Opções		2 -	-	15	15
Swap de taxa de juros e cambial		2 765	765	2.536	2.536

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

i) Concessão do serviço público

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

ii) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

Swaps cambiais e de taxas de juros

Na metodologia para cálculo do MTM da Companhia, o valor presente é calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva.

No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa futuro. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo.

Os ajustes ao valor justo reconhecidos no resultado, bem como as demais mutações no saldo desses ativos e passivos financeiros se encontram divulgados na nota 14.

NDF – Non-Deliverable Forwards

A metodologia para cálculo da marcação de mercado dos contratos de futuros de câmbio do Grupo Neoenergia, é conforme a seguir:

- Para compra de futuro de moeda:

$$M. Val = \text{Notional Curr} \times [1 \div m.rate - 1 \div contr.rate] \div FDt$$

- Para venda de futuro de moeda:

$$M. Val = \text{Notional Curr} \times [1 \div contr.rate - 1 \div m.rate] \div FDt$$

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Onde:

Notional Curr = *Notional* contratado em moeda estrangeira

m.rate = taxa *forward* da moeda estrangeira na data do *fixing* contratual

contr.rate = taxa a termo contratada

FDt = fator de desconto da data do vencimento até a data de apuração

Opções de moeda

Em conformidade com a política de gestão financeira da Companhia, a metodologia para precificação de contratos de opções de moeda considera o cálculo do valor de mercado dessas opções utilizando o modelo matemático-financeiro *Black & Scholes*. O valor resultante deve ser dividido entre valor intrínseco e valor no tempo, dado que cada um destes valores pode ter tratamento contábil distinto. “Collar de câmbio” é a combinação das opções acima, na qual a precificação é obtida somando-se o valor de cada uma.

28. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para a compra de energia e para projetos de construção de infraestrutura, são como segue:

	Vigência	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Compra de Energia	(a) De 2021 a 2030	4.269.791	4.557.444	4.904.268	5.254.528	5.674.428	35.231.844
Construção de Infraestrutura	De 2021 a 2030	1.766.259	1.789.763	2.271.964	2.079.957	2.112.832	11.734.424

- (a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que eventualmente excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

29. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGOS E OUTROS BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina dois planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 2, estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1, estruturado na modalidade de contribuição definida) e um plano de assistência médica e odontológica (Plano de Saúde Pós Emprego), para seus empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, mantenedora dos planos previdenciários: Plano de Benefícios Previdenciários nº 2 – Plano BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 (FAELFLEX) – Plano CD).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

O Plano de Benefícios Previdenciários nº 2 – é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos. O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O FAELFLEX ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o FAELFLEX também é escopo de cálculos atuariais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contratou junto à seguradora AXA a cobertura dos riscos relacionados a estes benefícios, o que permitiu a liquidação da obrigação atuarial que vinha sendo reconhecida. A renovação da apólice de seguro tem vigência de um ano, de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, e durante a vigência cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente. Nos anos subsequentes a Companhia pretende renovar anualmente esta apólice, de acordo com a nova política adotada pelo grupo.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

As contribuições pagas ou provisionadas para o exercício foram as seguintes:

	2019	2018
Custo do Intangível em Curso	(2.355)	(2.360)
Despesas Operacionais	(12.425)	(12.440)
	(14.780)	(14.800)

Plano de Saúde Pós Emprego

A Companhia mantém um Seguro Coletivo Empresarial para cobertura de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar e de Assistência Odontológica para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios por faixa etária calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas correspondente em cada faixa. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice.

As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação (INPC).

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

	Planos de Previdência Complementar			Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD	BD			
	2018	2019	2018	2019	2018
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,10%	7,53%	9,25%	7,79%	9,46%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,29%	N/A	5,29%	N/A	5,29%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,25%	4,00%	4,25%	-	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,25%	4,00%	4,25%	4,00%	4,25%
Taxa de rotatividade esperada	8,82%	Nula	Nula	9,90%	8,82%
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	-	-
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	SUSEP BR - EMSsb v2015 (masculina) desagravada em 15%	BR-EMSsb-2015 Masculina (Suavizada em 15%)	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A	SUSEP BR - EMSsb v2015 (masculina) desagravada em 15%	BR-EMSsb-2015 Masculina (Suavizada em 15%)	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-média	Light Média	Light-média	Light-média	Light-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	59 anos (experiência Coelba)	100% na primeira elegibilidade

Análise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram:

	Plano BD		Plano de saúde Pós Emprego	
	2019	2018	2019	2018
Valor presente das obrigações de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	403.395	351.191	728.933	806.774
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	367.613	322.521	658.056	722.223
% de impacto na obrigação de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,84%	4,43%	5,36%	5,81%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-4,46%	-4,10%	-4,89%	-5,28%
Impacto na duração média na obrigação de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	9,99	9,75	11,64	12,75
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	9,36	9,23	10,84	11,89

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Benefícios de aposentadoria - BD	30.153	29.601	85.058	126.530	271.342
Benefícios de saúde pós-emprego	47.491	46.320	138.160	218.836	450.807

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente relacionado aos planos previdenciários e assistencial, em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Ainda que a taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial da Coelba tenha diminuído, verificamos um ganho relevante pela marcação a mercado dos títulos públicos que a Faelba possui marcados na curva, o que compensou o efeito de crescimento da provisão matemática. Além disso, o plano BD da Faelba ainda apresenta superávit com excesso a reserva de contingência (reserva especial) em seu balancete para fins PREVIC, ou seja, o valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial da empresa para este plano é de direito da Companhia e poderá ser utilizado na forma de redução de contribuições futuras ou será reembolsável no futuro.

No caso do plano de assistência médica, não há ativos para a cobertura do passivo atuarial. Ainda que a taxa de desconto para cálculo da provisão tenha também diminuído em virtude dos títulos públicos brasileiros, o plano sofreu uma alteração importante a partir de julho de 2019, que gerou um impacto de redução relevante no valor do passivo e nas despesas futuras. Essa alteração mudou a forma de custeio do plano, de custo médio onde era pago um valor fixo por vida para o custo por faixa etária.

	2019	2018
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
Benefícios de previdência – BD	21.600	24.064
Benefícios de saúde pós-emprego	(691.856)	(762.477)
	(670.256)	(738.413)
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no exercício		
Benefícios de previdência – CD	-	2.851
Benefícios de previdência – BD	2.221	960
Benefícios de saúde pós-emprego	(71.337)	(76.891)
	(69.116)	(73.080)
Redimensionamentos atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício		
Benefícios de previdência – CD	-	1.055
Benefícios de previdência – BD	(4.685)	13.153
Benefícios de saúde pós-emprego	95.210	20.474
	90.525	34.682

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar			Plano de Saúde Pós-Emprego	
	CD	BD		2019	2018
	2018	2019	2018		
Custo do serviço passado	2.876	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	(845)	(5)	(28)	(1.260)	(2.430)
Custo dos juros	(317)	2.226	988	(70.077)	(74.461)
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.137	-	-	46.747	45.842
Total incluído no resultado	2.851	2.221	960	(24.590)	(31.049)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em dezembro de 2019 e 2018:

	CD	BD	Plano de Saúde
Em 01 de janeiro de 2018	(6.667)	(330.603)	(751.901)
Custo do serviço passado	6.798	-	-
Custo do serviço corrente	(845)	(28)	(2.430)
Custo dos juros	(571)	(31.373)	(74.461)
Contribuições pagas pelos participantes	(24)	-	-
Benefício pago pelo plano	343	48.372	45.842
Premissas demográficas	28	-	453
Premissas financeiras	(14)	(13.273)	(37.170)
Experiência do plano	952	(9.399)	57.190
Em 31 de dezembro de 2018	-	(336.304)	(762.477)
Custo do serviço corrente	-	(5)	(1.260)
Custo dos juros	-	(29.738)	(70.076)
Benefícios pagos pelo plano	-	39.323	46.747
Premissas financeiras	-	(45.207)	4.873
Experiência do plano	-	(12.825)	10.876
Efeito de limite máximo de reconhecimento	-	-	79.461
Em 31 de dezembro de 2019	-	(384.756)	(691.856)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Valor Justo dos ativos em 31/12/2017	2.762	506.488	-
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	253	48.838	-
Redimensionamento atuariais	89	50.035	-
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.137	-	45.842
Contribuições pagas pelos participantes	25	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(343)	(48.372)	(45.842)
Pagamentos do custo do serviço passado dos ativos do plano	(3.923)	-	-
Valor Justo dos ativos em 31/12/2018	-	556.989	-
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	-	50.151	-
Redimensionamento atuariais	-	41.021	-
Contribuições pagas pela patrocinadora	-	-	46.747
Benefícios pagos pelo plano	-	(39.323)	(46.747)
Valor Justo dos ativos em 31/12/2019	-	608.838	-

Os ativos dos planos de benefícios estão classificados nas seguintes categorias:

	Ativos Administrados pela FAELBA			
	2019		2018	
	BD	Total	BD	Total
Renda fixa	594.554	594.554	543.585	543.585
Renda variável	1.639	1.639	1.748	1.748
Investimentos imobiliários	12.645	12.645	11.656	11.656
Total	608.838	608.838	556.989	556.989
Renda fixa	98%	98%	98%	98%
Investimentos imobiliários	2%	2%	2%	2%
Total	100%	100%	100%	100%

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de reais)

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida e plano de saúde para 2020 são:

	Plano BD	Plano de Saúde
Custo do serviço corrente	-	(848)
Custo dos juros	1.626	(52.865)
Custo total da obrigação	1.626	(53.713)

Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, participação no resultado, seguro de vida, licença maternidade, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 172.163 (R\$ 129.797 em 31 de dezembro de 2018).

30. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Ambiental	31.05.2019 - 31.05.2020	36.000	18
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08.10.2019 - 08.10.2020	10.000	1.968
Veículos - Executivo	31.05.2019 - 31.05.2020	100% FIPE	77
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31.05.2019 - 31.05.2020	1.149.000	1.328
Veículos - Operacional	31.05.2019 - 31.05.2020	700	499
Transporte	08.10.2019 - 08.10.2020	2.000	120
D&O	23.08.2019 - 23.08.2020	150.000	210

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, que resultam no aumento da proteção dos ativos com a mudança da modalidade de Riscos Nomeados para a modalidade de Riscos Operacionais ("all risks").

31. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

A Companhia, consciente de seu potencial para contribuir para a conservação e proteção do meio ambiente, assumiu voluntariamente a responsabilidade de liderar a luta contra a mudança climática e a preservação da biodiversidade, em conformidade com o disposto em sua *Política Contra a Mudança Climática*, *Política de Biodiversidade* e *Política de Meio Ambiente*, respectivamente. Além disso, concebe o respeito pelo meio ambiente como um dos valores corporativos que determinam toda sua estratégia de negócio ao ser chave na configuração de um modelo energético sustentável, o que se traduz, no âmbito ambiental, em menores emissões e maior eficiência na produção e uso da energia, assim como no cumprimento da normativa ambiental.

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2019, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental na Coelba:

- **Compensação Ambiental:** Plantio em Áreas de Preservação Permanente (APP) com o uso de espécies nativas do bioma de Caatinga e manutenção de áreas plantadas nos últimos dois anos. Os plantios e a manutenção dos mesmos são fruto de compensações ambientais oriundas do licenciamento ambiental dos empreendimentos da distribuidora.

- **Rede Compacta / Linha Verde:** Utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização, minimizando acidentes com a fauna silvestre e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

- **Inovação de equipamentos:** Aquisição de novos transformadores de distribuição com óleo vegetal mineral (não tóxico, biodegradável e com maior durabilidade), o qual serão substituídos gradativamente pelos transformadores com óleo mineral isolante. A aquisição desses novos equipamentos trará um aumento da vida útil desse ativo da distribuidora, além de ser caracterizado como um produto não perigoso.

- **Gerenciamento de Resíduos:** Reutilização de carretéis de madeira por meio da logística reversa; reforma de equipamentos do sistema elétrico e reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores; reciclagem de papel e do óleo residual de cozinha do restaurante da Sede; os resíduos, Classe I (perigosos) e Classe II (não perigosos) são coletados, transportados e destinados por empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente.

A distribuidora também desenvolve outros projetos voltados à preservação ambiental, que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos ambientais, provenientes de empreendimentos e ações da empresa.

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018
Recursos aplicados	280.902	255.747	48.710	46.631

* Informações não auditadas

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 07/01/2020 foram captados junto à instituição financeira R\$ 255.594, sujeitos a variação cambial e taxa fixa de juros, para os quais foram contratados instrumentos financeiros derivativos para mitigação de risco cambial.